



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

PARECER JURÍDICO Nº 010/2024-PMMC/FMAS/SEMTRAS/OSAA

CONTRATO: 012/2021-SEMTRAS

INTERESSADOS: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MOJUI
DOS CAMPOS

ASSUNTO: ADITAMENTO CONTRATUAL PARA RENOVAÇÃO DE VIGÊNCIA

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO- LICITAÇÕES E
CONTRATOS - RENOVAÇÃO DE VIGÊNCIA - CONTRATO
ADMINISTRATIVO - SERVIÇOS CONTÍNUOS - MANIFESTAÇÃO-
JURÍDICA.

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Consultoria Jurídica pelo Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura de Mojuí dos Campos, com base no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, para análise jurídica de aditamento contratual para renovação de vigência contratual (3º Termo Aditivo) com base em serviços contínuos do contrato administrativo nº 012/2021-SEMTRAS firmado com a empresa B DUARTE ANDRADE SERVIÇOS SOCIAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.157.523/000196, com objeto do contrato: "Prestação de serviços de assessoramento técnico em pesquisa, formação e qualificação profissional, elaboração, gestão e execução de projetos, serviços e programas de fortalecimento da Assistência Social no âmbito do SUAS".

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos principais:

a) Ofício a empresa B Duarte Andrade Serviços Sociais sobre a intenção da administração na renovação contratual;

b) Ofício da empresa B Duarte Andrade Serviços Sociais manifestando-se quanto a aceitação da renovação contratual, com solicitação de reajuste contratual.

c) Memorando do Departamento Financeiro à Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social com as manifestações preliminares do interesse da administração na prorrogação de vigência do contrato.



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

- d) Relatório e justificativa do Fiscal do Contrato sobre a possibilidade de aditamento;
- e) Documentos de regularidade da contratada;
- f) Demonstrativo de dotação orçamentária;
- g) Autorização da Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social para o aditamento e aplicação do reajuste com base no índice descrito no contrato;
- h) Termo de autuação do aditivo;
- i) Termo de reserva orçamentária;
- j) Justificativa do aditamento assinada pela Autoridade Administrativa;
- l) Cálculo do reajuste IPCA-E (IBGE);
- m) Portaria designação dos fiscais de contrato;
- n) Minuta do aditivo;
- o) Cópia do contrato;

É o relatório

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.1 Considerações iniciais sobre o parecer jurídico.

De início, cumpre assinalar que os critérios de conveniência e oportunidade, por integrarem o mérito da discricionariedade administrativa, não se submetem à manifestação desta Consultoria Jurídica.

Convém esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu aspecto de competências.

Cabe registrar, ademais, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. Primeiro, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. Segundo, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. Terceiro, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

É nesse sentido o enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União que apresentamos:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2 Análise do procedimento

Inicialmente, impende destacar que, embora seja atribuição desta Consultoria Jurídica o assessoramento no exame da legalidade dos atos administrativos a serem praticados, a presente análise não exime a responsabilidade do ordenador de despesas do cumprimento das disposições legais aplicáveis, especialmente no que concerne à observância das exigências legais na execução orçamentária e financeira, bem como do órgão técnico responsável pela contratação, a quem incumbe acompanhar e fiscalizar o contrato.

Conforme o art. 22, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

No âmbito de licitações e contratos administrativos, a Advocacia Geral da União por meio de seu titular expediu a Orientação Normativa nº 2, de 1º de abril de 2009, com a seguinte redação:

Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os **respectivos aditivos**, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.
(Negritei)

Esta assessoria, não irá esfalfar-se de afirmar que não se deve fazer a autuação de um novo processo para incluir o termo aditivo. O TERMO ADITIVO DEVE SER JUNTADO NO PROCESSO



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

EXISTENTE, OBEDECENDO A ORDEM CRONOLÓGICA, ainda que seja outra a direção a ser seguida por esta SEMTRAS e quem mais enalçar-se.

.

II.3 Exigências legais para a prorrogação de vigência de contratos administrativos executados de forma contínua (art. 57, II da Lei 8.666/1993)

Conforme visto acima, os fundamentos normativos balizadores dos contratos administrativos residem, precipuamente, na Lei nº 8.666, de 1993, e na Instrução Normativa nº 05, de 2017, do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Inicialmente, deve ser analisado se o contrato a ser prorrogado prevê prorrogação de vigência em suas disposições, conseqüentemente, se o próprio contrato não admite a prorrogação, esta não será possível.

Para a prorrogação de vigência do Contrato, deve constar nos autos a expressa autorização da autoridade competente.

Em todos os processos de prorrogação de vigência, sugere-se que conste nos autos as publicações dos atos de nomeação/designação dos agentes competentes para a atuação administrativa. Para se evitarem maiores gastos e repetições, é possível a mera citação desses atos, bem como dos atos normativos que estabelecem as competências da autoridade e demais agentes administrativos, para que reste comprovado nos autos que os atos processuais foram praticados por aqueles que efetivamente detinham as atribuições correspondentes.

II.3.1 Da prorrogação de vigência - requisitos

A prorrogação do prazo de vigência de contrato de prestação de serviço contínuo é prevista no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, que permite a prorrogação por 12 (doze) meses, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) meses para uma mesma avença.

Examinando o regramento contido na Lei n.º 8.666/1993, na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008,



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

bem assim os diversos precedentes do TCU a respeito do tema, verifica-se que, no tocante à prorrogação dos prazos de vigência dos contratos de serviços de execução continuada, devem ser observados os seguintes requisitos, a saber:

- a) previsão em contrato administrativo;
- b) inexistência de solução de continuidade da vigência da contratação e prorrogação dentro do prazo de vigência contratual, observado o limite máximo de 60 meses (Orientação Normativa AGU nº 3, de 1º de abril de 2009);
- c) interesse motivado da Administração em manter a realização dos serviços (item 3, c, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017; art. 30-A, §1º, inciso II, da IN SLTI/MP nº 02/2008);
- d) manifestação do interesse da contratada na prorrogação (item 3, e, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017; art. 30-A, §1º, inciso IV, da IN SLTI/MP nº 02/2008);
- e) caracterização do serviço como contínuo (item 3, a, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017; art. 30-A, caput, da IN SLTI/MP nº 02/2008) caso contrário a vigência do contrato não poderá ultrapassar o exercício financeiro, salvo algumas hipóteses previstas em lei, que não são objeto deste parecer;
- f) elaboração de relatório sobre a regularidade da execução contratual (item 3, b, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017), não sendo esse requisito exigido para os contratos celebrados durante a vigência da IN SLTI/MP nº 02/2008;
- g) manifestação sobre a vantajosidade da contratação (em relação à realização de novo certame licitatório para nova contratação), acompanhada da metodologia adotada, e compatibilidade com os preços máximos fixados pela SEGES/MP, quando existirem (itens 3, d, 4, 7, 8 e 11, a, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017; art. 30-A, §1º, inciso III, da IN SLTI/MP nº 02/2008);
- h) manutenção das condições exigidas na habilitação (art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993 e item 3, f, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017);
- i) inexistência de suspensão/impedimento/declaração de inidoneidade da empresa ou proibição de contratar com a Administração Pública (item 11, b, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017; art. 30-A, §5º, inciso II, da IN SLTI/MP nº 02/2008);
- j) verificação da existência de custos fixos ou variáveis não renováveis já amortizados/pagos (item 9 do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017; art. 30-A, §4º, da IN SLTI/MP nº 02/2008);
- k) efetiva disponibilidade orçamentária (item 10 do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017; art. 30, §4º, da IN SLTI/MP nº 02/2008);
- l) elaboração da minuta do termo aditivo;



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

- m) renovação da garantia contratual com a atualização necessária (art. 55, VI, e art. 56, § 4º, da Lei nº 8.666/1993 c/c subitem 3.1 do anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017; art. 19, inciso XIX, da IN SLTI/MP nº 02/2008);
- n) autorização da autoridade competente (art. 57, §2º, da Lei nº 8.666/1993);
- o) publicidade na imprensa oficial (art. 26 da Lei nº 8.666/1993).

II.3.2. Da análise dos pressupostos para a prorrogação contratual

a) Previsão no contrato administrativo e no edital

Como a possibilidade de prorrogação da vigência do Contrato é fator que pode influenciar na decisão dos possíveis interessados quanto à participação ou não no certame, bem como na própria formulação das propostas, já que, avaliando as possíveis prorrogações, o licitante pode oferecer condições mais vantajosas à Administração, entende-se que para prorrogar qualquer contrato é fundamental que o edital (ou o contrato que o integra como anexo) tenha previsto referida possibilidade, caso contrário, estariam sendo infringidos os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da impessoalidade e da seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

A respeito do tema, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos exarou o PARECER Nº 28/2019/DECOR/CGU/AGU já se manifestou no seguinte sentido:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL NA FORMA DO ART. 57, II, DA LEI N.º 8.666/93. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EXIGÊNCIA DE DISPOSIÇÃO EDITALÍCIA E CLÁUSULA CONTRATUAL EXPRESSAS PARA AUTORIZAR A PRORROGAÇÃO. Com fundamento nos arts. 3.º, c a p u t , 38, I e X, 40, § 2.º, III, 41, 54, § 1.º, 55, XI e 66 da Lei n.º 8.666/93, considera-se necessária a existência de disposição editalícia e cláusula contratual expressas para possibilitar a prorrogação de vigência com fulcro no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

b) Inexistência de solução de continuidade e observância ao prazo máximo

Assim, para ser possível a prorrogação do prazo de vigência, deverá ser certificado que o contrato não está com a sua vigência expirada, devendo o processo estar devidamente instruído com cópia completa do edital, do contrato original e dos termos aditivos anteriormente celebrados, sendo fundamental a análise de cada um dos termos de prorrogação e respectivos extratos publicados no Diário Oficial, para verificar se todos os prazos foram respeitados, a fim de certificar que não houve solução de continuidade.

Ademais, o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 limita a prorrogação ordinária ao prazo máximo de sessenta meses, não podendo, portanto, somados o prazo de vigência previsto no contrato, nos termos aditivos anteriormente celebrados, bem como no termo aditivo que se pretende celebrar, ultrapassar referido limite temporal.

c) Interesse da Administração e do Contratado na manutenção do contrato.

Por se tratar de negócio jurídico, precisa estar demonstrado nos autos o interesse da Administração na manutenção da avença. Da mesma forma, a prorrogação depende da vontade do contratado, de modo que o Poder Público não poderá impô-la. Assim, deve constar dos autos, a manifestação expressa da contratada sobre o interesse em prorrogar.

Sem dúvida nenhuma que a Contratada, ao assinar o termo de prorrogação do contrato, está manifestando a sua concordância com a prorrogação contratual. Ocorre que é recomendável que seja solicitada a anuência da Contratada expressamente nos autos do processo antes da assinatura do termo aditivo, pois não obtendo com antecedência a referida concordância, a Administração pode ser surpreendida quando, no momento da assinatura do termo, a Contratada eventualmente não manifeste interesse na prorrogação, fato que vimos não ser aplicado ao presente caso, pois há manifestação expressa da contratada pela prorrogação.



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

d) Natureza contínua dos serviços

De acordo com o art. 15 da Instrução Normativa MP nº 05, de 26 de maio de 2017, *"Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."*

Apesar de a natureza contínua do serviço já deva ter sido objeto de exame na fase de planejamento da licitação, para fins de elaboração da minuta do edital e de seus anexos, inclusive para poder prever a possibilidade de prorrogação com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, é recomendável que seja certificada nos autos a natureza contínua do serviço, antes da prorrogação contratual.

e) Relatório sobre a regularidade da execução contratual

Para ser possível a prorrogação contratual, deve constar dos autos relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente, onde foi feito pelo Fiscal Titular do Contrato designado pela Administração.

f) Reajuste contratual

De início, cumpre mencionar que para a questão referente ao reajuste de contratos administrativos, é imperioso ter como ponto de partida o art. 37, XXI, da Constituição Federal, segundo o qual a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo que constarão cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei.



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

A Lei nº 8.666/93, que regula exatamente o referido dispositivo constitucional, previu no art.40, XI, que o edital indicará, obrigatoriamente, o critério de reajuste, que deverá retratar avariação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.

A Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O ato normativo abordou tanto a repactuação quanto o reajuste, nos termos dos arts. 54, 55 e 61:

Art. 54. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

§ 1º A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

(...)

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais

como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Art. 61. O reajuste em sentido estrito, como espécie de reajuste contratual, consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

§ 1º É admitida estipulação de reajuste em sentido estrito nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

§ 2º O reajuste em sentido estrito terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior tiver se referido.

§ 3º São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

§ 4º Nos casos em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

O sentido e o alcance dos referidos comandos normativos constitucionais, legais e infra legais permitem concluir desde já que, em regra, não há previsão legal de que repactuação ou reajuste em sentido estrito tenha como termo inicial a data da assinatura do contrato. Pelo contrário, a periodicidade mínima pode ser igual ou superior a um ano, ao passo que o período a ser corrigido igualmente pode ser igual ou superior a um ano, justamente porque o termo inicial previsto em lei é a data da apresentação da proposta, não a assinatura contratual.

No caso em tela o reajuste calculado pela administração, feito por ferramenta disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, está de acordo com o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e item 12 do Contrato Administrativo nº 012/2021-FMAS



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

g) Manutenção das condições de habilitação

Conforme inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993, a contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Dessa forma, previamente à prorrogação, deve a autoridade competente atestar nos autos a manutenção pela contratada de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Inclusive, diante da obrigação prevista no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993, a regularidade fiscal e trabalhista devem ser comprovadas nos autos antes da prorrogação contratual.

h) Disponibilidade orçamentária

Conforme inciso V do art. 55, caput do art. 38, bem como inciso III do art. 7º da Lei nº 8.666, de 1993, para a celebração da prorrogação do contrato é necessária a declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa, suficiente para atender o renovação contratual e o reajuste aplicado ao contrato.

i) Autorização da autoridade competente

Nos termos do § 2º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, antes da prorrogação contratual, deve constar dos autos a justificativa formal e a autorização da autoridade competente para celebrar o contrato.

j) Minuta do aditivo

O instrumento adequado para formalização da prorrogação de vigência é o termo aditivo, que como apresentado, encontra-se com as cláusulas e condições devidamente fixadas para a prorrogação pretendida com base no art. 57, II, § 2º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



PREFEITURA DE MOJUÍ DOS CAMPOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

O Termo Aditivo, deve ser assinado antes de expiradoo prazo de vigência contratual, com publicação resumida do instrumento na imprensa oficial, providenciada pelaAdministração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, como condição de eficácia (art. 61, parágrafoúnico, da Lei 8.666/1993).

Desta forma, entendemos que a minuta do contrato contém as exigências previstas no artigo supracitado.

III. CONCLUSÃO:

Considerando todo o acima exposto e, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, sob a ótica exclusivamente jurídica e com as devidas ressalvas já expostas no curso deste opinativo, onde a ordem de exposição das hipóteses apresentadas reflete a preferência deste pareceristapodendo ser dado prosseguimento com a renovação contratual com aplicação do reajuste concedido.

É o Parecer que se submete a apreciação.

Mojuí dos Campos, 09 de julho de 2024.

Pedro Gilson Valério de Oliveira
Advogado OAB/PA 15.194
Assessor Jurídico